



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

**Conferência “Viver a Europa: o passado e o futuro”
Sessão de Abertura
Auditório da Aula Magna da Universidade dos Açores – Ponta Delgada**

Gostaria de começar por agradecer o honroso convite que me foi endereçado pelo Centro de Informação Europe Direct nos Açores para estar presente na sessão de abertura da conferência “Viver a Europa: o passado e o futuro” e de dirigir uma palavra de felicitação e louvor pela organização deste colóquio, bem como pela iniciativa de trazer a esta ilha - e, em particular, a esta casa - a exposição comemorativa dos 20 anos da adesão de Portugal à União Europeia.

Estou certo que a oportunidade da sua realização, o interesse e relevância do tema proposto e, acima de tudo, o profundo conhecimento dos oradores da realidade europeia, bem como a qualidade da exposição, são a garantia do sucesso desta iniciativa, que irá decididamente contribuir para a reflexão, conhecimento e visibilidade da União Europeia nos Açores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Passados 20 anos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e 30 da implementação do regime constitucional da autonomia, viver a Europa nos Açores traduz-se, hoje como no passado, na total comunhão dos valores essenciais ao projecto de construção europeia: - a Paz, a Liberdade, a Democracia, o Estado de Direito, o Progresso e a União dos povos e Estados da Europa, no respeito pela diversidade e especificidades de cada região.

Sentir a Europa nos Açores constitui, assim, uma evidência inegável da vivência e cultura da nossa Região, presente nos mais variados aspectos da nossa realidade política, económica e social. A questão que se coloca prende-se, no entanto, ao nível da consciência da existência desta comunhão de valores com a União e que a Europa não se resume à obtenção deste ou daquele subsídio, deste ou daquele apoio.

As características próprias e únicas deste arquipélago – europeu, desde sempre, na geografia e no apego a valores de solidariedade que nos são tão caros – traduzem-se, assim, numa vivência muito própria e, por vezes, não tão consciente como se gostaria, para o cidadão comum, da participação no projecto de construção de uma Europa livre, justa, desenvolvida e solidária.

Para mais, o exercício de certos direitos básicos dos cidadãos da União Europeia adquire, entre nós, características e, por vezes, contingências que dificultam a consciencialização de que há mais na Europa do que regulamentos, directivas e quadros comunitários de apoio.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

Em primeiro lugar, para todos nós, a realidade insular e o distanciamento geográfico do continente europeu (e entre as nossas próprias ilhas) impõem-se no dia-a-dia e dificultam o exercício da mobilidade, que se pretende fundamental à construção da União Europeia:

- A liberdade de circulação de pessoas, de bens e mercadorias, enfim, a existência de um amplo mercado comum (numa verdadeira união económica e monetária) adquire aqui um carácter menos visível ao cidadão comum, na medida em que o mero desaparecimento de fronteiras entre os Estados não diluiu a separação física e as inerentes dificuldades logísticas e financeiras à movimentação.

Numa outra perspectiva, os Açores viram-se poupados à tragédia de guerras e disputas entre os povos europeus de dimensões e consequências, felizmente, inimagináveis para nós. Por isso também, a consciência e a vivência daquela que será a maior conquista do processo de construção europeia – a Paz na Europa – assume também, para o cidadão comum das nossas nove ilhas, uma compreensível menor atenção.

Poderemos assim dizer, desde logo, que viver e sentir a Europa, hoje, em comparação com 20 anos ou 50 anos atrás, tem certamente um peso e uma presença que não é, nem pode ser, de todo, entendida do mesmo modo pelas populações insulares...o que não significa - esclareça-se desde já – uma menor importância, presença e participação na União Europeia. Muito pelo contrário:

Embora vivendo em Paz, os Açores não se viram afastados de uma das maiores contingências e limitações que se podem impor a um povo: - o atraso no seu desenvolvimento económico, na qualidade de vida das suas populações, na justiça social.

É, precisamente, com o advento da Autonomia Político-Administrativa em 1976 e, 10 anos mais tarde, com a adesão do Estado Português à Comunidade Europeia que se dá o ponto de viragem: - a possibilidade de governo dos Açores pelos açorianos e o reforço dos apoios - nacionais e comunitários - para, no cumprimento dos valores fundamentais de justiça e solidariedade que se impõe, fazer face a décadas de atraso e poder rumar ao futuro e ao desenvolvimento.

É, assim, natural, que a realidade da União Europeia se sinta, em primeiro linha, nos Açores, pelo contributo - no esforço de coesão e solidariedade entre os povos europeus - ao seu desenvolvimento, manifestando-se, assim, ao dobrar de cada esquina, pelas infraestruturas e obras criadas com o apoio comunitário. Mas não só:

Se a realização de obra pública é a face mais visível - poderemos considerar – da Europa e da presença dos Açores no projecto de União, a mesma não se reduz, nem nunca se poderia reduzir, aos montantes que nos chegam de Bruxelas.

Por outro lado, a vivência da Europa - multicultural, unida na diversidade e respeitadora das especificidades de cada região - implica, para os poderes políticos, não só a luta constante para ultrapassar as dificuldades mas sempre, e acima de tudo, a defesa intransigente das nossas qualidades, dos nossos interesses e da nossa identidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

Esta vivência - podemos chamar – açoriana da realidade europeia, deverá implicar, em primeira linha, a consciência da nossa tripla dimensão - insular, atlântica e ultraperiférica, à qual devemos acrescentar uma outra vertente e particularidade, de cariz político: - o sistema autonómico.

Esta vivência tão própria decorre, assim, em primeiro lugar, da localização e demais características naturais da região, que impõem, por si só, um tratamento diferenciado por parte da União Europeia e uma maior atenção ao seu espaço geográfico, desde logo, como fronteira ocidental da Europa que é.

Assim, a inserção atlântica não deve, nunca, ser esquecida – pela Região, por Portugal e pela União Europeia, como plataforma de ligação com a América do Norte, reclamando o reconhecimento dos Açores como um importante ponto geo-estratégico da Europa.

Uma perspectiva insular e atlântica da vivência europeia reflete-se, também, como não poderia deixar de ser, pela relação destas ilhas com o mar e a relevância geo-estratégica do seu espaço marítimo, desde logo aferida pela dimensão da sub-área da Zona Económica Exclusiva de Portugal, a qual, com uma extensão de 950 mil Km² - a maior da União Europeia -, amplia as fronteiras do espaço comunitário até próximo do continente americano.

Por outro lado ainda, a persistência, intensidade e acumulação no arquipélago dos Açores de uma série de condicionalismos específicos – de todos conhecidos, como a distância, o isolamento, a maior vulnerabilidade a desastres naturais - acabam por conferir à Região, no âmbito da União Europeia, o estatuto de “ultraperiferia” e justificar, de pleno direito, a existência um tratamento particular, por força do artigo 299 n.º 2 do Tratado CE, bem como de sentimento muito próprio acerca de actuação comunitária, nos mais variados domínios.

Não poderemos deixar aqui de fazer uma breve reflexão acerca do estatuto de ultraperiferia – parte integrante e fundamental da vivência açoriana da Europa, tantas vezes confundido com um mero meio para obter mais benefícios da União.

Não. O estatuto e a realidade ultraperiférica vão muito para além disso, contribuindo também, de um modo decisivo, para o enriquecimento cultural da Europa, para sua diversidade biológica e sustentabilidade ambiental, para o desenvolvimento da tecnologias inovadoras e para o posicionamento geo-estratégico da União.

Por isso, na sequência da posição açoriana, reflectida nas conclusões da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, devemos todos – instituições comunitárias, órgãos do Estado, da Região e cidadãos em geral - assumir uma nova pedagogia do conceito da ultraperiferia, de forma a que este seja entendido em toda a sua extensão, como processo contínuo e dialéctico de parceria com a União, na compreensão de que as regiões ultraperiféricas e o seu estatuto permitem não só uma maior justiça, um melhor desenvolvimento e respeito pelas nossas especificidades, mas contribuem decisivamente para a afirmação da Europa no mundo.

Finalmente, esta vivência insular, atlântica e ultraperiférica da União acaba por ser necessária e fortemente influenciada pela autonomia político-administrativa dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

órgãos de governo próprio da região e pelo consequente papel e relevância da sua actuação em vários domínios da política da União Europeia.

Não somos (e temos que ter consciência disso) apenas uma pequena região no seio da Europa, com 240 mil pessoas num universo de quase 500 milhões e 2.350 km² numa área de mais de 4 milhões de Km².

Pelo contrário, beneficiamos de um estatuto, tanto no sistema constitucional português, como na arquitectura institucional e jurídica da União, que nos permite ter a responsabilidade – e o optimismo – de termos o futuro nas nossas mãos:

-Temos instrumentos jurídicos que nos permitem modular e adaptar legislação europeia às nossas especificidades (o denominado “estatuto ultraperiférico”) e possuímos a capacidade política e legislativa para, com autonomia, traçarmos o caminho do nosso desenvolvimento.

- Para mais, fazemos ouvir a nossa voz, de pleno direito, nas instituições comunitárias, não só através do órgão representativo das entidades políticas de base territorial, o Comité das Regiões, mas também no Parlamento Europeu, na Representação Permanente e nos demais órgãos nacionais com competência nos assuntos europeus.

- Nas organizações europeias de cooperação inter-regional, pugnamos pela defesa dos nossos interesses e especificidades, como na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e na Assembleia das Regiões da Europa, ou ainda noutros organismos, mais restritos - e, porque não, exclusivos – como sejam a Conferência dos Presidentes das Regiões da União Europeia com Poderes Legislativos e a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Todas estas realidades e instituições servem, não só como fórum de debate e cooperação, mas como veículos de transmissão das nossas posições junto das instituições comunitárias, em particular a Comissão Europeia.

Por outro lado, nunca será demais lembrar que os Açores pertencem a um reduzido grupo de regiões na União Europeia, pertencentes a apenas oito Estados-Membros, que têm capacidade político-legislativa, com órgãos de governo próprio e com um parlamento eleito por sufrágio directo.

Mais, somos detentores da capacidade de transposição de directivas da União Europeia e da responsabilidade de regulamentação e aplicação de fundos comunitários.

Viver a Europa, a nível político e das instituições de governo locais e regional no Açores, devem assim, significar a permanente defesa da nossa – e da União também – inserção insular e atlântica, bem como um exaustivo aproveitamento da construção jurídica e institucional, por um lado, do estatuto da ultraperiferia e, por outro, da nossa autonomia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

E tem sido esta realidade – autonomia político-legislativa, aliada à solidariedade e apoios nacionais e comunitários – que nos permitiu, nos últimos 30 anos, mudar a face dos Açores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O momento que vivemos é, em variados níveis, histórico: ao terminar o vigésimo aniversário da adesão portuguesa à UE, bem como o trigésimo aniversário da nossa autonomia constitucional, iniciam-se as comemorações do quinquagésimo aniversário da assinatura do Tratado de Roma.

Saibamos todos nós aproveitar a oportunidade que as datas festivas nos dão para reflectir e transmitir aquilo que tem sido a vivência açoriana da Europa.

O ano que agora se iniciou é, não só pela comemoração da assinatura do Tratado de Roma, mas pelos temas prioritários que serão abordados, um período de profunda importância para a Europa e para os Açores em particular:

- o relançamento, pela Presidência Alemã, do debate sobre a ratificação do Tratado Constitucional;
- a Presidência portuguesa da União Europeia
- a discussão e o debate em torno da futura política marítima europeia
- o início da aplicação do novo Quadro Comunitário de Apoio

só para citar algumas áreas, representam momentos únicos, não só para a defesa e consagração do nosso estatuto e afirmação do nosso desenvolvimento, como permitem – no que aqui e hoje nos interessa - chamar a atenção e proporcionar o debate e uma maior consciencialização das questões europeias nos Açores.

Do mesmo modo, internamente, aguardamos com expectativa a revisão do estatuto-político administrativo da Região Autónoma dos Açores, que, desejamos todos, na sequência da última revisão da Constituição da República Portuguesa, consagre uma melhor clarificação e o reforço dos poderes regionais no âmbito dos assuntos europeus.

A verdade, é que para o cidadão comum, para quem não tem a responsabilidade e obrigação de defesa dos interesses regiões junto das instituições comunitários e nacionais, a vivência da União Europeia pode – aparentemente – reduzir-se a uma questão de montantes, de regulamentos, de directivas.

É, por isso, dever de todos nós, lutarmos para que a Europa seja, cada vez mais, vivida e sentida aqui nos Açores, conscientemente, como uma comunidade de valores, como um projecto de união de povos, em que a nossa Região faça valer as suas especificidades, a sua identidade e as suas capacidades.

Em suma, Viver a Europa nos Açores significa, hoje, como o era há 20 anos atrás e aqui, como o será em qualquer outra parte da União, continuar a fazer a Europa !!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

Devemos, ao fim e ao cabo, fazer nosso o vibrante e histórico apelo em favor da construção europeia proferido por Winston Churchill, em Zurique, há pouco mais de 60 anos: “ façamos Europa”.

Muito obrigado pela Vossa atenção...

Ponta Delgada, 12 de Janeiro de 2007

Rodrigo Oliveira